



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Ferreira Salles, Leila Maria; De Paula e Silva, Joyce M. A.; Revilla Castro, Juan Carlos; Fernandez Villanueva, Concepción

UM ESTUDO SOBRE JOVENS E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 1, 2014, pp. 148-157

Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309330671016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UM ESTUDO SOBRE JOVENS E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR *UN ESTUDIO SOBRE JUVENTUD Y VIOLENCIA EN LA ESCUELA* *A STUDY ON YOUTH AND VIOLENCE AT SCHOOL*

Leila Maria Ferreira Salles, Joyce M. A. De Paula e Silva
Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, Brasil

Juan Carlos Revilla Castro e Concepción Fernandez Villanueva
Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España

RESUMO

Este texto é resultado de um projeto de pesquisa sobre a temática do jovem, violência e escola. O objetivo desse projeto foi investigar a interpretação dos jovens sobre a violência na sociedade, na escola e na sua própria vida. O pressuposto é o de que conhecer a perspectiva de agressores e vítimas sobre as suas experiências de violência contribui para esclarecer os universos simbólicos e normativos que regulam as condutas violentas e as possíveis formas de reduzir sua incidência. Os dados foram coletados por meio de grupos focais. Um dos grupos foi constituído por alunos qualificados pela escola como protagonistas de situações de violência. O outro grupo foi constituído por jovens considerados bons alunos. A análise dos dados mostra uma diferença entre a lógica da violência à escola e da escola, e a violência na escola.

Palavras-chave: escola; violência; jovens.

RESUMEN

Este texto es el resultado de un proyecto de investigación sobre el tema de la violencia juvenil y la escuela. El objetivo de este proyecto fue investigar la interpretación de los jóvenes sobre la violencia en la sociedad, en la escuela y en su propia vida. El supuesto es que el conocimiento de la perspectiva de los agresores y de las víctimas acerca de sus experiencias de violencia ayuda a clarificar los universos normativos y simbólicos que regulan el comportamiento violento y las posibles maneras de reducir su incidencia. Los datos fueron recolectados a través de grupos de enfoque. Un grupo fue formado por la escuela calificada como protagonistas de los estudiantes situaciones de violencia. El otro grupo estaba formado por los jóvenes considerados buenos estudiantes. Análisis de los datos muestra una diferencia entre la lógica de la violencia hacia y desde la escuela y la violencia escolar.

Palabras clave: escuela; violencia; jóvenes.

ABSTRACT

This paper is the result of a research project on the subject of youth, violence and school. The purpose of this project was to investigate the understanding of the young people on the violence in society, at school and in their own lives. The assumption is that knowing the aggressors' and victims' perspective about their experiences of violence helps to clarify the symbolic and the normative universes that rule violent conducts and the possible ways to reduce the incidence of violence. Data were collected through focus groups. One of the groups was composed by students qualified by their school's board as protagonists in situations of violence. The other group was consisted by those considered as good students. Data analysis shows the differences between the logic of violence at school, the school violence and violence against the school.

Keywords: school; violence; youth.

Sobre violência e jovens

O fenômeno da violência, especialmente nas grandes cidades, vem adquirindo cada vez maior visibilidade social. Embora sempre tenha existido, hoje ele assume uma multiplicidade de formas e sua incidência cresce, assim como o envolvimento de pessoas cada vez mais jovens em atos violentos. O desenvolvimento de uma cultura da violência, que se alastra, favorece todo um processo de banalização e naturalização de diferentes formas de violência. Em função disso, terminamos por considerá-la um fator constituinte de nossa sociedade.

A violência envolvendo jovens é bastante frequente. Cotidianamente, os noticiários retratam situações de jovens que protagonizam situações de violência: roubos, assaltos, vandalismo, incidentes de violência entre grupos nas ruas e/ou nas escolas. A violência de jovens - seja aquela em que são protagonistas, seja aquela da qual são vítimas - parece estar generalizada. É um problema de grande relevância social, que condiciona a vida das comunidades e dos jovens em particular. Muitas vezes a violência é eleita pelos adolescentes e jovens como um modelo de ação social a ser seguido, o que tem consequências na forma como suas identidades e expectativas de vida são construídas.

Os jovens destacam que a violência está se tornando cada vez mais frequente no dia a dia e que, muitas vezes, nem se reconhecem atos de violência menores como violentos. Na medida em que esses pequenos atos passam a serem considerados “normais”, devido à sua frequência, acaba-se banalizando a violência, o que contribui para atitudes de agressão e de desrespeito ao outro.

Essa problemática vem provocando crescente perplexidade, sendo objeto de grande preocupação da sociedade em geral, e da brasileira em especial. Para Velho (2000, p. 18), o predomínio do individualismo e da impessoalidade contribui para que as relações interpessoais se tornem violentas de tal forma que “a violência foi se rotinizando, deixando de ser excepcional para tornar-se uma marca do cotidiano”.

A violência se caracteriza por um tipo específico de relações sociais que, para serem mantidas ou alteradas, precisam de uma ameaça latente ou explícita. Os atos agressivos implicam condutas ou comportamentos de dano, de menosprezo, de desdém, de ataques à integridade física, social, simbólica, psicológica ou patrimonial do outro. Nesse sentido, ressaltamos a importância de se considerar, nas análises sobre violência, não só aquelas que acarretam

consequências físicas ou psicológicas para as vítimas, mas também as violências sociais, e as que são feitas de forma indireta, quando as ameaças não se dirigem à própria pessoa, mas a alguém ou a algo relacionado a ela, por exemplo, a um parente próximo. A violência, então, pode se manifestar por meio de agressões físicas ou por signos, preconceitos, metáforas, desenhos ou por qualquer coisa que possa ser interpretada como ameaça ou intimidação.

Nesse aspecto concordamos com Velho (2000), para quem a violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Velho (2000) associa a violência à ideia de poder, quando enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um indivíduo sobre o outro.

Em cada contexto social no qual a violência é exercida ou sofrida, as coordenadas psicossociais e socioestruturais devem ser analisadas na sua singularidade. As razões, as justificativas, os discursos explicativos e legitimadores variam, acentuando um ou outro dos fatores e formulando, em cada caso, uma construção discursiva específica que é necessário detectar para que se entenda o processo e se possa nele intervir de modo eficaz.

Violência e escola

Charlot (2002) caracteriza a violência escolar como: violência na escola, violência à escola e violência da escola. As duas primeiras se referem à violência que é exercida pelos alunos, e a terceira à violência da instituição. Segundo Charlot, “a violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar” (2002, p. 434). O autor exemplifica essa situação dizendo que é “quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local”.

Na escola, a violência cotidiana aparece no desrespeito ao outro, na transgressão aos códigos de boas maneiras e à ordem estabelecida. A falta de limites, associada à desconsideração pelos outros, contribui para que os jovens e adolescentes busquem se impor pela força e pela agressão. Já a violência à escola está “ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam”. Ou seja, violências que visam diretamente à instituição escolar e àqueles que a representam. Para o autor, essas duas formas de violência se somam à violência da escola, caracterizada

por ele como “uma violência institucional, simbólica, que se expressa pela maneira como a instituição e seus agentes tratam os jovens” (Charlot, 2002, p.434).

Nesse sentido, Bourdieu e Passeron (1967) analisam a violência escolar na perspectiva do que ficou conhecido como violência simbólica. Os conteúdos, os métodos de trabalho e de avaliação e as relações pedagógicas se constituem em violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares, tendo como sustentação a autoridade pedagógica e a legitimidade da instituição escolar. Mas a violência estrutural penetra também o espaço escolar (Galtung, 1995). A violência estrutural tem sua origem na situação mundial de injustiça social, produto do sistema imperialista e das relações de dependência estabelecidas no planeta, nas esferas econômica, política, militar e cultural. Em âmbito local, isto se reflete na miséria, na exclusão, na corrupção, no desemprego, na concentração de renda, no poder, no autoritarismo e nas desigualdades presentes na sociedade brasileira. O que especifica a violência é o desrespeito, a coisificação, a negação do outro, a violação dos direitos humanos, como atentar contra o direito das minorias étnicas e religiosas e contra a mulher.

A violência dos alunos, no âmbito escolar, é explicada por fatores muito diversos como: a exclusão na convivência escolar (Camacho, 2001; Candau, 2001; Spósito, 2001); o assédio das escolas pelo narcotráfico, particularmente nas escolas públicas situadas nas zonas periféricas das grandes cidades (Candau, 1999); as relações de trabalho e a exclusão social (Burstyn, 2000; Zaluar, 1997); as condições familiares, a ausência de controle policial e a impunidade social (Abramovay & Castro, 2002; Minayo, 1998); as ideologias autoritárias e a deslegitimação da política e das instituições sociais (Fernandez Villanueva, Domínguez, Revilla, & Gimeno, 1998); as dificuldades de definição e percepção do futuro (Zaluar, 1997). Tudo isso operando nas condições psicossociais próprias da juventude ou da adolescência (Coleman & Hendry, 1998; Leinsky, 1998; Salles, 1998).

Nas escolas, segundo os professores, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Os tipos de violência assinalados por eles como mais presentes no dia a dia da escola são as ameaças e agressões verbais entre alunos, e entre os alunos e os adultos. Embora menos frequentes, as agressões físicas e a violência dos alunos contra o patrimônio escolar também estão presentes.

A violência entre iguais, na forma de maltrato escolar, se torna uma preocupação que vai além das

consequências que acarretam para o funcionamento da instituição. Segundo Olweus (1993) e Hazler e Carney (2000), esse tipo de violência pode ser um comportamento que antecede outras formas de violência, como a de cometer atos delinquentes no futuro. Holmes e Brandenburg-Ayres (1998) também assinalam uma correlação entre o maltrato escolar e o pertencimento posterior a grupos juvenis violentos.

Isto tudo tem estimulado, segundo Revilla (2002), uma exacerbação dos procedimentos disciplinares. Parece que ante a nova realidade do alunado, caracterizada por uma maior diversidade, insubordinação e inclusive agressividade, uma resposta frequente é a de fortalecer - mesmo em detrimento dos próprios conteúdos escolares ou dos métodos pedagógicos considerados mais adequados - mecanismos de imposição de controle e de ordem.

No entanto, ao discutirem o recrudescimento da disciplina e do controle nos EUA, enquanto estratégias de atuação, Noguera (1995) e Hyman e Perone (1998) afirmam que essas estratégias podem, ao contrário do esperado, agravar a incidência de problemas no âmbito escolar. Também Miller (1990) assinala que recorrer a castigos violentos para controlar o comportamento das crianças pode induzir a que elas os reproduzam na vida adulta, quando encarregadas de educar a geração seguinte. Para Epp (1996), os métodos autoritários podem conseguir a docilidade de alguns alunos, mas, em geral, geram uma maior frequência de comportamentos violentos, geralmente contra os iguais.

Igualmente contraproducente é a violência dos professores em relação aos alunos. Dubet e Martuccelli (1996) afirmam que, se os alunos se sentem injustiçados com as atitudes agressivas ou violentas, a relação entre eles se deteriora. Isto é particularmente verdadeiro para os estudantes das classes populares, que criticam mais abertamente as condutas “injustas” dos professores que não acreditam neles, que os acusam sem motivo, que não consideram suas explicações e desconhecem a sua vida pessoal; embora, segundo Hatipoglu e Aydin (1999), os professores acreditem que somente recorrem à violência quando não têm outra saída. Para os autores, isso indica que, na falta de outros recursos, os docentes recorrem ao que conhecem, isto é, à violência, reproduzindo a forma pela qual eles próprios foram disciplinados na infância. Os autores assinalam ainda que, apesar das medidas legais contra a violência física na escola, há um componente cultural que legitima essa prática na educação formal das crianças, sendo empregada, inclusive, com a aprovação implícita ou explícita dos pais. Burnett (1998) indica que o uso da violência por

parte dos professores acaba por ensinar aos alunos que seu uso é efetivo contra os mais fracos.

Em acréscimo, começa a ser difundida a concepção de que posturas autoritárias restringem a autonomia dos alunos e não permitem a construção de um pensamento autônomo e crítico. Muitas vezes, qualquer limite, parâmetro e diretriz são entendidos como práticas autoritárias e cerceadoras da autonomia dos alunos. Há, aqui, uma conotação de que disciplina é obedecer sem questionar, é submissão a normas estabelecidas por outrem. (Rego, 1996; Silva, J. M. A. P., 2001; Silva, L. C. F., 1998). Assim, a concepção de que o caminho para solucionar a crise vivenciada nas escolas implica uma imposição exacerbada dos procedimentos disciplinares e da autoridade.

Porém qualquer tipo de educação necessita, inevitavelmente, de certa imposição de disciplina e controle. Desse modo, diferentes discursos e posturas acerca da autoridade, e de como impor disciplina, se fazem, então, presentes nas escolas. Nesse contexto, começa a ganhar espaço entre os educadores a proposta de discussão conjunta das normas disciplinares entre alunos e equipe escolar. O pressuposto é que os parâmetros e normas de conduta são respeitados quando são fruto de uma discussão conjunta. Procura-se dar oportunidade para que o aluno tome decisões e se sinta corresponsável pela organização do espaço escolar, refletindo sobre a legitimidade das regras (Aquino, 2003; Rego, 1996; Salles, 2000). Os jovens são considerados colaboradores e partícipes dos processos educativos que, com eles, se desenvolvem.

A partir dessas inquietações, foi desenvolvido um projeto de pesquisa sobre a temática jovem, violência e escola, na cidade de Rio Claro. Rio Claro é uma cidade localizada no interior do estado de São Paulo, com aproximadamente 160.000 habitantes. Apresenta um índice de criminalidade considerado dos mais altos da região onde se localiza (Campinas), e médio frente aos índices do estado, não sendo, assim, uma cidade isenta ou distante da problemática da violência¹.

O interesse desse projeto foi investigar a interpretação dos jovens sobre a violência na sociedade, na escola e na sua própria vida. Este texto focaliza as explicações dos jovens sobre a violência. Buscou-se identificar o sentido que a violência adquire para o jovem, seja como estratégia de identidade, ou como meio para obter presença social como grupo, relacionando-a às suas trajetórias pessoais, grupais e de classe, e às condições objetivas de exposição a situações de violência. O pressuposto é de que conhecer a perspectiva de agressores e vítimas sobre as suas experiências de violência contribui para

esclarecer os universos simbólicos e normativos que regulam as condutas violentas e as possíveis formas de reduzir sua incidência.

As reflexões que apresentamos neste estudo referem-se aos depoimentos coletados com jovens de uma escola de ensino médio. O critério para escolha da escola foi a indicação da Diretoria de Ensino. De acordo com a Diretoria, esta escola é uma das que apresentam maiores problemas relacionados à violência de alunos no Município. Embora a escola se localize em uma zona central da cidade, os alunos matriculados residem em bairros periféricos e pobres da cidade, com um alto índice de violência urbana.

Participaram do estudo dois grupos de alunos. Os grupos se diferenciaram de acordo com a qualificação de seus integrantes como protagonistas ou não de incidentes de violência. Tal diferenciação foi feita pela equipe gestora da escola. O grupo dos jovens protagonistas de violência foi constituído por oito alunos; destes, seis eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. O outro grupo foi integrado por nove alunos, sendo três alunos do sexo masculino e seis do sexo feminino. Os alunos, com idades entre 15 e 17 anos, estavam matriculados nas 1ª, 2ª, e 3ª séries do ensino médio. Para facilitar o reconhecimento dos grupos, denominaremos o primeiro de GV, referindo-se ao grupo composto pelos jovens que tinham tido participação em incidentes violentos; e de GNV, o grupo integrado por alunos que não participaram de incidentes de violência.

Os dados deste estudo foram coletados por meio de grupos focais (Gatti, 2005), que consiste numa metodologia de pesquisa que permite a coleta do discurso dos participantes sobre a sua realidade ao instigar a verbalização de ideias e experiências. Para tanto, é solicitado a cada participante do grupo que se posicione frente a temas que vão sendo propostos pelos pesquisadores, buscando-se incentivar a discussão entre eles a respeito de cada temática. As discussões dos grupos focais foram realizadas na própria escola, por ser um local de frequência habitual dos jovens e que, assim, estão em seu ambiente “natural”.

No total, foram realizadas oito entrevistas de grupo, quatro com cada grupo de jovens. A realização de mais de um encontro com cada grupo permite uma maior integração entre os participantes, contribuindo para que cada um deles expresse suas ideias sobre os temas postos em discussão. Desse modo, é possível acessar as expressões e os significados mais centrais para os participantes e, conseqüentemente mais representativos, o que por sua vez permite compreender em maior profundidade o mundo social dos sujeitos investigados, suas circunstâncias

materiais e sociais, suas experiências, perspectivas e histórias (Snape & Spencer, 2003). As questões abordadas nas entrevistas foram: as experiências de violência vividas pelos próprios entrevistados e por seus conhecidos; a violência vivida nos diferentes contextos da experiência cotidiana; as explicações da violência; as relações entre os jovens entrevistados e os outros grupos de jovens; a relação dos jovens com as instituições sociais e as expectativas de inserção social.

As respostas foram agrupadas em alguns conjuntos temáticos que emergiram como mais significativos. Os temas básicos de discussão serviram como eixos orientadores da análise. Após a codificação e identificação dos fragmentos significativos se procedeu à sua análise, identificando padrões de significado compartilhado pelo grupo e articuladores da totalidade dos depoimentos (Bardim, 1988).

Os depoimentos dos jovens protagonistas de violência e a dos jovens considerados pela escola como não violentos foram analisados em conjunto. Em um primeiro momento, foi feita uma análise das diversas experiências de violência vividas ou presenciadas pelos alunos dos dois grupos. Em seguida, buscou-se identificar o sentido que eles conferiam aos atos e aos incidentes de violência dos quais participaram ou presenciaram. Muitas vezes, suas justificativas e explicações para a violência nos parecem distintas, outras vezes elas parecem se assemelhar.

A violência no contexto escolar

A análise dos depoimentos dos jovens mostra uma diferença entre a lógica da violência à escola, da escola e a violência na escola. A violência à escola e da escola podem ser entendidas como ação-reação uma da outra. A violência na escola é um reflexo da violência que acontece fora da escola, na relação entre pares, família ou bairro.

A violência na escola

A violência na escola está relacionada às normas de interação que são determinadas e compartilhadas pelo grupo social mais amplo ao qual os alunos pertencem. Desta forma, as explicações para a violência remetem a características consideradas próprias da cultura juvenil e da comunidade em que vivem. Ao ter como referência a cultura juvenil, os jovens evidenciam que as relações com os seus pares são altamente competitivas. Os jovens competem entre si por prestígio, honra e respeito. Ganhar o respeito significa estar por cima e ter os outros “embaixo”.

Ele é muito violento, tem vez que eu falo com ele tudo, mas ele quer ser o que ele não é, sabe. Ele pode tudo. Se a gente fala que ele tá errado, ele quer agredir a gente, entendeu; ele quer sempre tá certo sendo, que ele nunca tá certo; ele quer sempre tá lá em cima, mas mal ele sabe que a moral dele tá lá embaixo. Isso pra mim é uma violência. (GV)

“Por que eles têm uma coisa assim, se tem um grupo de roqueiros, eles querem que você fique do lado deles” (GNV).

Nos dois grupos os sujeitos são conscientes da rivalidade presente nesses relacionamentos. Trata-se de ficar “por cima” ou “por baixo”, ser sujeito de respeito ou não ser. Entretanto, situações deste tipo são mais facilmente reconhecidas em relação à violência praticada pelos outros, mas não a praticada pela própria pessoa. Por isso, são sobretudo os jovens não percebidos como violentos que mais identificam o jogo de poder presente neste tipo de interação.

Tipo assim, se você é quieto, eles vão em cima de você, porque eles sabem que você não é de briga, porque sabem que você não vai fazer nada, que você vai ficar com medo, porque não tem muitos amigos assim. Então, eles querem mostrar o poder deles. Então, eles te massacra na frente de todo mundo, xinga, querem dar uma de bom na saída. Principalmente, aí vem empurrando. (GNV)

Quando situações do mesmo tipo são relatadas pelos jovens considerados violentos, a descrição é diferente. Tudo parece começar como uma brincadeira entre iguais, irrelevante, sem importância, ainda que sempre indique certo desprezo em relação ao outro: *“Tem cada brincadeira que se o cara não gosta, vem pra cima. Aí a gente tem que reagir” (GV).*

Embora qualificada como brincadeira, impõe a necessidade de reagir, o que geralmente é feito por meio de insultos - se “xingam” uns aos outros. Os xingamentos são considerados mais graves quando o agressor “mexe” com a mãe da vítima momentânea. E a vítima, se quer conservar seu prestígio, deve reagir. Essa reação em geral é física, uma agressão direta a quem foi o primeiro agressor. Assim, passamos de “xingar” a “brigar”:

“Por causa das brincadeiras, tem gente que não gosta. Às vezes, fica mexendo com a sua mãe, aí tem que reagir” (GV).

“Aí xingou a mãe do outro, xingá mãe já dá briga” (GV).

“Você tá passando de boa, começa a xingar, mexer com sua mãe, fala que ela é gostosa. Se você tiver louco da cabeça, já parte pra cima” (GV).

Não é casualidade que a mãe seja um objeto privilegiado de insulto, pois estas normas de comportamento têm um claro componente de defesa da honra. A velha norma da honra indicava que era preciso cuidar do bom nome das mulheres próximas; a mãe, em primeiro lugar, mas também as esposas, noivas ou namoradas. Talvez, isso ainda aconteça com os jovens de Rio Claro do século XXI.

Brigar para defender a honra também está presente quando se age para evitar a traição dos namorados ou das namoradas:

Não dá pra confiar em homem, é tudo sem vergonha, não tem um que salva. Não tem um, até meu pai. Tudo trai. Se meu namorado me trair, eu mato ele. E não é só ameaça não, eu enfio a faca mesmo. (GV)

Evidentemente, não é regra que um adolescente mate o seu namorado ou namorada. Mas este discurso é um indicativo da atitude que parece existir entre eles. As relações de namoro são concebidas como relações de posse, em que a perda do namorado significa uma perda de valor pessoal, especialmente quando é inesperada e, portanto, percebida como uma traição. Assim, novamente os entrevistados fazem referências a situações em que a rivalidade entre iguais e a competição pelo respeito estão presentes.

O caráter normativo destes comportamentos fica explícito em expressões como “estar certo”, ou “andar pelo certo”, ou “estar errado”, ou “andar pelo errado” que são bastante frequentes nos discursos dos jovens. Parece haver uma série de regras que dirigem a conduta dos jovens: a regra de reagir, se o prestígio ou o respeito são questionados; a reação é mais justificável quando o agressor está errado; quem não reage perde a consideração dos iguais; quem provoca o outro e não recebe resposta, ganha prestígio entre seus pares.

No entanto, outros elementos presentes em suas explicações sobre a violência podem, provavelmente, ser mais bem compreendidos se analisados em função da comunidade a que esses jovens pertencem. Nas falas de alguns alunos do Grupo GV, há menções a grupos de bandidos que estão presentes na comunidade onde vivem, e ao Comando Vermelho ao qual diziam pertencer. Nesse sentido, algumas vezes, os discursos de alguns alunos e as normas de conduta que expressam assemelham-se aos de narcotraficantes. Embora, isso não signifique que os jovens entrevistados sejam potencialmente tão perigosos ou violentos como aqueles, essas falas apontam que esses grupos podem vir a se constituir em grupos de referência. E, como referência, proporcionam uma identidade respeitável para os jovens podendo, inclusive, provocar medo nos demais (na escola, no bairro, outros jovens).

Outro ponto a ser destacado, e que pode ser mais bem compreendido quando se tem por referência a comunidade a que pertencem, é a facilidade com que eles falam em cometer violências graves. Fala-se, com muita facilidade, da possibilidade de provocar a morte de alguém, seja isso verossímil ou não. Fala-se também, com muita facilidade, sobre a morte e sobre acontecimentos que culminaram em assassinatos. Talvez se fale mais do que corresponderia à violência realmente existente, o que, mesmo assim, é um indicativo da banalização da violência.

Tais regras de violência não são específicas da escola. São normas de conduta próprias de um tipo determinado de comunidade sociocultural e/ou de um grupo etário. Por isso, se trata de uma violência estranha à lógica escolar, mas que adentra a escola por meio das interações estabelecidas pelos alunos. Entretanto, as explicações para a violência no espaço escolar não ficam restritas à relação entre eles e/ou às normas de convivência da comunidade a qual pertencem. Muitos jovens depredam a escola. Para explicar esses comportamentos, os jovens fazem referência ao caráter pessoal, especialmente ao fato de que o aluno violento é ou está “revoltado”:

“Bateu porque ela é revoltada, eu já falei um par de vezes, ‘você é revoltada com a vida’” (GNV).

“Ela é muito revoltada. Ela chega na classe e não quer nem saber de nada. Entra assim: ‘hoje eu tô cansada, porra’” (GNV).

“O que é esta rebelião? É batê nos outros, quebrar tudo. O cara fica revoltado com a direção, tudo” (GV).

Embora a explicação da violência por estar “revoltada com a vida” seja uma generalização excessiva, é provavelmente um indicativo de problemas vividos pelos jovens em suas famílias, e também do uso de drogas (o que pode indicar a proximidade de alguns com o tráfico de drogas).

“E vocês sabem por que eles são assim?” (Entrevistador)

“Ah, porque são revoltados né, na família, ou porque usa droga” (GV).

Nas situações aqui descritas e analisadas, os incidentes de violência protagonizados por jovens, e que ocorrem na relação entre eles e/ou são dirigidos ao patrimônio escolar, não são explicados pela sua condição de alunos, indicando, como diz Charlot (2002), que são manifestações de violência que adentram o espaço escolar, mas que não são motivadas pela escola.

A violência à escola e da escola

A violência de jovens na escola não é, no entanto, apenas uma manifestação da violência “de fora” no espaço escolar. Os jovens agredem a escola, quebram os vidros ou as portas, e confrontam os professores. Isto é percebido e explicado pela violência que a escola exerce sobre eles.

O contexto escolar é marcado pelas micro violências (Debarbieux, 2002), uma violência cotidiana, que acontece sem parar, que aparece no desrespeito ao outro, na transgressão aos códigos de boas maneiras e à ordem estabelecida, na falta de limites, na incivilidade. Os jovens dos dois grupos falam do desrespeito que marca as relações entre eles e os adultos no âmbito escolar, corroborando, assim, as colocações de Debarbieux (2001) sobre a violência na escola. A relação com os professores é marcada pelo desrespeito, pela grosseria, por desacatos e descortesias:

“Se você falar que não entende, ele [professor] começa a brigar. Se a gente fala: ‘oh, professor, eu não entendi nada’, ele responde: ‘moleque, é você que não presta atenção’” (GV).

“Não pode ir no banheiro. Eles diz: volta para o seu lugar, seu indivíduo. Eles não respeita e quer ser respeitado” (GV).

“Teve uma professora que falava assim: ‘é tudo filho de chocadeira’” (GNV).

“É o professor que faz a diferença dentro da sala de aula, porque se ele gosta de um aluno, este pode ser o pior que for ele vai brigar por ele. Mas tem aluno que ele não está nem aí” (GNV).

O desrespeito percebido nas relações entre professores e alunos se estende também ao diretor.

“O diretor chamou eu de galinha”.

“O diretor da escola?” (Entrevistador)

“O diretor da escola. Porque eu briguei por causa de um menino. Tanto que ele tratava os alunos como lixo, que eu tive que conversar com ele”.

“O que você falou pra ele?” (Entrevistador)

“Eu tive que colocar ele no lugar dele. Ele não podia fazer isso só porque ele era diretor. Ele tinha que ter mais respeito com as pessoas” (GNV).

Um aluno do grupo GV conta que ele e mais outros três estudantes estavam numa sala de aula vazia fazendo flexões. A coordenadora da escola foi até a sala onde eles se encontravam e pediu para que os alunos se retirassem e voltassem à sala de aula. Entretanto,

pediu a ele, e somente a ele, que lhe mostrasse o braço, pois suspeitava que estivesse utilizando drogas. Para esse aluno, a atitude da coordenadora foi motivada pelo fato de que ele era o único negro daquele grupo de estudantes. Uma outra aluna, participante do grupo GNV, conta que certo dia estava com as colegas cantando uma música de rap. Ao escutá-las cantar, um professor começou a ofendê-las, dizendo que elas eram ‘nada’, que eram drogadas, porque quem gosta de rap é ‘esse tipo de gente’. Segundo o relato, ela tentou argumentar com o professor, dizendo que apenas gostava daquele estilo musical, que isso não significava que ela fosse como ele estava dizendo e que não entendia porque ela não poderia gostar desse tipo de música. Relatos como estes indicam que, muitas vezes, o jovem nas instituições escolares é reduzido a estereótipos, que desencadeiam conflitos entre eles e a direção, professores e funcionários da escola.

Nas escolas, professores interagem com alunos que são diferentes deles e de seu grupo de referência, seja em função da cor, do sexo, da nacionalidade, do corpo, da classe socioeconômica ou de gostos pessoais. No espaço escolar, essa interação com o diferente, quando não é problematizada, se dá por meio de relações interpessoais pautadas por conflitos, confrontos e violência. Em geral, tomamos aquilo que somos como a norma, e por meio dela descrevemos, avaliamos e discriminamos os outros. A discriminação leva à intolerância frente ao diferente. O outro pode ser segregado, excluído ou desrespeitado. A diferença que é ressaltada acaba muitas vezes por justificar agressões e desrespeito ao outro.

Em outros casos, a violência é justificada pelos alunos por se sentirem vítimas de uma injustiça - de acusações que consideram falsas- e pela imposição de uma disciplina que não aceitam.

Às vezes, é ele [Diretor] que mexe e zoa com os outros. Assim, você não tá fazendo nada, ele vai lá e joga a culpa pra você e sobra pra você. Ou, às vezes, se você chega atrasado ele já dá advertência. Daí acontece rebelião por causa disso? É, o cara se revolta e estoura tudo mesmo! (GV)

“Se eu tiver errado - porque nós fomos pra Diretoria, né - se eu tiver errado, eu abaixo a cabeça e fico quieto; se eu tiver certo, vou até onde achar que devo ir” (GV).

Falas como as exemplificadas acima indicam uma rejeição à disciplina escolar –ser punido por chegar atrasado- e a legitimação das condutas violentas pela percepção de injustiça. No imaginário do grupo, as injustiças alimentam uma imagem de

professor e da escola como uma ordem social estranha e inimiga deles.

Considerações finais

A escola é, assim, o lugar onde se cruzam diferentes lógicas de violência. A violência à escola e a violência da escola estão diretamente relacionadas às instituições escolares, enquanto que a violência na escola indica que o espaço escolar é penetrado por uma violência que remete aos grupos juvenis e à comunidade à qual eles pertencem.

A instituição escolar se organiza em torno de regras que, muitas vezes, não são aceitas pelos alunos e desencadeiam incidentes de violência. Dubet (2003) aponta, nesse sentido, para a tensão que se cria na sala de aula pela necessidade que os alunos têm de mostrar aos seus colegas um descompromisso frente à instituição escolar, e pela necessidade de serem reconhecidos por seus pares por desafiar a autoridade.

A escola impõe um mesmo código disciplinar a todos os alunos, o que permite, inclusive, classificá-los. Assim, é difícil para a instituição escolar se adaptar às rupturas da rotina diária. Nesse sentido, diversos estudos mostram a importância de que o estilo do professor seja adequado para minimizar a violência. Isso significa que o professor deveria mostrar interesse e preocupação com os alunos, ter capacidade de fazê-los se comprometer com as tarefas escolares e na tomada de decisões, e que fosse capaz de administrar os conflitos com justiça e sem humilhações (Noguera, 1995; Cothran e Ennis, 2000). Entretanto, enfrentar o problema da violência da escola e da atuação do professor implica reconhecer que a violência escolar é multideterminada.

Entre os alunos e a escola há, muitas vezes, uma mútua incompreensão o que remete à lógica da violência à escola e à violência da escola. Os jovens não aceitam as normas escolares, e a escola não é capaz de corresponder às expectativas dos alunos. Autores como Dubet (2003); Willis (1988) e Bourdieu (1999) destacam que a subcultura de muitos adolescentes de classe trabalhadora é marcadamente antiescolar, na medida em que os jovens desta classe resistem ao controle que a escola exige e cujos conhecimentos são vistos como inúteis ou, pelo menos, de utilidade duvidosa. Porém, para os alunos dos dois grupos- GV e GNV- as expectativas de vida futura estão vinculadas ao estudo e à obtenção de um diploma, o que permite problematizar a afirmação de que a perda da crença na legitimidade da escola seja, por si só, um fator desencadeador de violência

no âmbito escolar (Bourdieu, 1999; Charlot, 2002; Dubet, 2003). Para os autores, o acesso ao emprego está também relacionado à escola frequentada, de forma que o diploma que esses alunos venham a obter dificilmente implicará em melhores empregos ou em ascensão social, indicando, assim, certa descrença em relação à escola que frequentam. Assim, não é apenas a massificação da escolarização que faz com que as escolas sejam destituídas de sentido, mas o tipo de escola frequentada.

Outro aspecto importante desta incompreensão mútua são as identidades negativas que professores e alunos se atribuem. No espaço escolar, a violência cotidiana aparece no desrespeito ao outro, e esse desrespeito é acompanhado de atribuição de estereótipos. A rotulação de alunos alicerçada em estereótipos leva à discriminação, o que acaba por justificar a segregação, a exclusão e o desrespeito (Hall, 2002; Salles & Silva, 2008; Silva, T. T., 2000). Ser negro e mau aluno e/ou gostar de *rap* pode implicar ser percebido como drogado ou como “nada”.

Quanto à violência na escola, uma questão a ser explicada é se esta violência pode ser mais bem compreendida tendo como referência a subcultura juvenil e a comunidade a que estes jovens pertencem. A resposta não é simples. A rivalidade entre iguais é um fenômeno presente e uma explicação para a violência juvenil. Os jovens lutam pelo espaço, por bens materiais ou simbólicos, como respeito e honra e, inclusive, procuram o enfrentamento quando a vitória é percebida como certa. Trata-se, então, de uma espécie de economia política da identidade, em que os jovens procuram uma identidade valorizada na interação entre iguais mediante a construção de uma reputação. Por estar presente nas culturas juvenis, tal processo é assinalado como uma característica da subcultura juvenil. A tentativa de imposição de respeito por meio da violência ou a luta pelas meninas nas subculturas juvenis masculinas são exemplos deste processo (García & Madriaza, 2006; Revilla, 1998). No entanto, as meninas podem estar aderindo a este modelo, tal como indicado na fala das entrevistadas. Precisamente por isso, a incorporação das adolescentes mulheres nessa rivalidade pelos namorados é uma questão a ser investigada.

Outros elementos presentes em suas explicações para a violência podem, no entanto, ser mais bem compreendidos se analisados em função da comunidade a que esses jovens pertencem. As falas destes jovens provavelmente se assemelham a de outros que se encontram em contextos estruturais similares de exclusão social, de proximidade com o narcotráfico, e em determinadas condições familiares. Isto indica que

a violência entre alunos pode ser entendida como uma violência social, que entra na escola pela pobreza, pela marginalização, pela delinquência e pelo prolongamento da idade de escolarização obrigatória (Dubet, 1998) e que, no Brasil e na América Latina, é agravada pelo desemprego, pela expansão do tráfico de drogas e pelo crime organizado (Pegoraro, 2002; Tavares dos Santos, 2001).

Por fim, destacamos que os depoimentos coletados neste estudo evidenciam também certo ceticismo, por parte dos jovens do Grupo GV e de muitos do Grupo GNV, em relação à possibilidade de que a violência acabe. Muitas vezes, essa violência parece ser encarada como uma fatalidade, que demanda uma intervenção divina: “*muitos, Deus permite ir para a cadeia, para chegar lá e se converter. Eu não frequento igreja, mas muitos Deus permite*” (GV). No entanto, quando questionados a respeito da possibilidade de que a escola seja um local isento de violência, um jovem do Grupo GV diz: “*Sim. Se o professor mudar o jeito de falar com os alunos. O diretor deixar de ser forgado, ter respeito*” (GV). Há, então, na escola uma violência evitável, como diz Charlot (2002).

Enfim, é nesse conjunto de aproximações, contradições e ambiguidades que a violência que ocorre no espaço escolar pode começar a ser desvendada. A qualificação de alguns jovens como **violentos** e de outros como **não violentos** não permite apreender toda a complexidade das experiências que eles vivem e de suas reações, que ora se aproximam, ora se distanciam. Tudo isso aponta para que se pense a violência que permeia o contexto escolar sob uma perspectiva mais abrangente, isto é, inserida nos diferentes espaços pelos quais os jovens transitam, convivem com os outros, estabelecem vínculos e se tornam protagonistas e/ou vítimas de violência. A violência dos estudantes não pode ser compreendida plenamente a não ser que a situemos em seu contexto social e cultural. Caso contrário, a violência escolar parece não ser mais que um problema individual, causado, quando muito, pelo fato do jovem pertencer a uma **família desestruturada**.

Nota

¹ Deinter: Índice Oficial de Criminalidade. Secretaria de Segurança Pública. Relatório anual, 2002.

Agradecimento

À FAPESP pelo apoio e financiamento.

Referências

- Aquino, J. G. (2003). *Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas*. São Paulo: Moderna.
- Abramovay, M. & Castro, M. G. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, 16, 143-217. Acesso em 10 de outubro, 2006, em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14402.pdf>
- Bardim, L. (1988). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1967). *Los estudiantes y la cultura*. Barcelona: Labor.
- Bourdieu, P. (1999). *Escritos de Educação* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Burstyn, M. (Org.). (2000). *No meio da rua. Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Burnett, C. (1998). School violence in an impoverished South African community. *Child Abuse and Neglect*, 22(8), 789-795.
- Camacho, L. M. Y. (2001). A violência nas práticas escolares de adolescentes. Acesso em 19 de fevereiro, 2014, em <http://www.cefetes.br/gwadocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/aned2001/textos/t1411436424503.PDF>
- Candau, V. M. (1999). *Escola e violência*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Candau, V. M. (2001). *Reinventar a escola* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Charlot, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Revista Sociologias*, 8(4), 432-443.
- Coleman, J. & Hendry, L. B. (1998). *The nature of adolescence* (3ª ed.). Londres: Routledge.
- Cothran, D. J. & Ennis, C. D. (2000). Building bridges to student engagement: Communicating respect and care for students in urban high schools. *Journal of Research and Development in Education*, 33(2), 106-117.
- Debarbieux, E. (2001). A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto. (1967-1997). *Educação e Pesquisa*, 27(1), 163-193.
- Debarbieux, E. (2002). Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In E. Debarbieux & C. Blaya (Orgs.), *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (pp. 59-92). Brasília: UNESCO.
- Dubet, F. & Martuccelli, D. (1996). *À l'école. Sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil.
- Dubet, G. (1998). Les figures de la violence à l'école. *Revue française de pédagogie*, 123, 35-45.
- Dubet, F. (2003). A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, 119, 29-45. Acesso em 12 de fevereiro, 2007, em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>
- Epp, J. R. (1996). Escuelas, complicidad y fuentes de la violencia. In J. R. Epp & A. M. Watkinson (Orgs.), *La violencia en el sistema educativo* (pp. 15-47). Madrid: La Muralla.
- Fernández Villanueva, C., Domínguez, R., Revilla, J. C., & Gimeno, L. (1998). *Jóvenes violentos: causas psicosociológicas de la violencia en grupo*. Barcelona: Icària.
- Galtung, J. (1995). *Investigaciones teóricas: sociedad y cultura contemporáneas*. Madrid: Tecnos.

- García, M. & Madriaza, P. (2006). Estudio cualitativo de los determinantes de la violencia escolar em Chile. *Estudios de Psicología*, 11(3), 247-256.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. São Paulo: Líber Livros.
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hatipoglu, Z. & Aydin, G. (1999). Incidence of violence in Turkish schools: A review. *International Journal for the Advancement of Counselling*, 21(4), 335-347.
- Hazler, R. J. & Carney, J. V. (2000). When victims turn aggressors: Factors in the development of deadly school violence. *Professional School Counseling*, 4(2), 105-112.
- Holmes, S. R. & Brandenburg-Ayres, S. J. (1998). Bullying behavior in school: A predictor of later gang involvement. *Journal of Gang Research*, 5(2), 1-6.
- Hyman, I. A. & Perone, D. C. (1998). The other side of school violence: Educator policies and practices that may contribute to student misbehavior. *Journal of School Psychology*, 36(1), 1998, 7-27.
- Leinsky, D. L. (Org.). (1998). *Adolescência: pelos caminhos da violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Miller, A. (1990). *Por tu propio bien. Raíces de la violencia en la educación del niño*. Barcelona: Tusquets.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1998). *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Noguera, P. (1995). Preventing and producing violence: A critical analysis of responses to school violence. *Harvard Educational Review*, 65(2), 189-212.
- Olweus, D. (1993). *Conductas de acoso y amenaza entre escolares*. Madrid: Morata.
- Pegoraro, J. S. (2002). Notas sobre los jóvenes portadores de la violencia juvenil en el marco de las sociedades post-industriales. *Sociologías*, 8, 276-317.
- Rego, T. C. R. (1996). A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygostskiana. In J. G. Aquino (Org.), *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas* (pp. 83-102). São Paulo: Summus.
- Revilla, J. C. (1998). *La identidad personal de los jóvenes: pluralidad y autenticidad*. Madrid: Entinema.
- Revilla, J. C. (2002). La violencia de los alumnos en los centros educativos. *Revista de Educación*, 329, 513-532.
- Salles, L. M. F. (1998). *Adolescência, escola e cotidiano: contradições entre o genérico e o particular*. Piracicaba, SP: Ed. UNIMEP.
- Salles, L. M. F. (2000). Desvelando a Escola: o adolescente, o professor do aluno adolescente e a indisciplina na escola. In L. M. F. Salles, C. D. Leite, & M. B. Louveira (Orgs.), *Educação, psicologia e contemporaneidade: novas formas de olhar para escola* (pp. 131-154). Taubaté, SP: Cabral Universitária.
- Salles, L. M. F. & Silva, J. M. A. P. (2008). Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. *Cadernos de Educação* (UFPel), 30, 149-166.
- Snape, D. & Spencer, L. (2003). The foundations of qualitative research. In J. Ritchie & J. Lewis (Orgs.), *Qualitative research practice. A guide for social science students and researchers* (pp. 1-23). Londres: Sage.
- Silva, J. M. A. P. (2001). Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 125-136.
- Silva, L. C. F. (1998). Possíveis incompletudes e equívocos dos discursos sobre a questão da disciplina. *Educação e Sociedade*, 19(62), 125-150. Acesso em 4 de março, 2007, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301998000100007&script=sci_arttext
- Silva, T. T. (Org.). (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Spósito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-103.
- Tavares dos Santos, J. V. (2001). A violência na escola, uma questão social global. In R. Briceño-León (Org.), *Violencia, sociedad y justicia en América Latina* (pp. 117-133). Buenos Aires: CLACSO.
- Velho, G. (2000). Violência, reciprocidade e desigualdade. In G. Velho & M. Alvito (Orgs.), *Cidadania e violência* (2ª ed., pp. 11-25). Rio de Janeiro: Editoras UFRJ/FGV.
- Willis, P. (1988). *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução*. Porto Alegre: Artmed.
- Zaluar, A. (1997). *Da revolta ao crime*. São Paulo: Moderna.
- Recebido em: 06/10/2010
Revisão em: 16/02/2011
Aceite em: 10/03/2011
- Leila Maria Ferreira Salles é Professora doutora (Livre Docente) do Depto. de Educação da UNESP/IB/RC. Área: Psicologia social. Linha de pesquisa: juventude e adolescência na sociedade contemporânea; jovens, violência, educação. Endereço: Depto. de Educação, UNESP/Rio Claro. Av 24 A, n.1515, Bela Vista. Rio Claro/SP, Brasil. CEP 13506-900. E-mail: leilamfs@terra.com.br
- Joyce M. A. De Paula e Silva é Profa Livre Docente Depto de Educação, UNESP/RC, Brasil. E-mail: joyce@rc.unesp.br
- Juan Carlos Revilla Castro es Prof. Dr. de la Universidad Complutense de Madrid, España. E-mail: jcrevilla@cps.ucm.es
- Concepción Fernandez Villanueva es Profa. Dra. de la Universidad Complutense de Madrid, España. E-mail: cfvillanueva@cps.ucm.es

Como citar:

Salles, L. M. F., De Paula e Silva, J. M. A., Revilla, J. C. & Fernandez, C. (2014). Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 148-157.